

Pauta: A preservação da vida animal nos desastres naturais

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): (10h07min) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Saúde e Meio Ambiente - COSMAM. Bom dia, vamos dar início a nossa reunião de hoje. Estamos ao vivo na TVCâmara. A pauta de hoje, solicitada pela Ver.ª Lourdes Sprenger, é a preservação da vida animal nos desastres naturais. Vamos compor a mesa. Convido para compor conosco o Sr. Paulo Casa Nova, da Secretaria da Saúde, Vigilância Sanitária; secretário-adjunto Gelson Guarda, por gentileza; Sra. Claudia Mayer Gloger, da coordenação do CEIC; comandante Marcelo do Nascimento, da Guarda Municipal; Sr. Cirilo Faé, da Mobilidade Urbana; professor Marcelo Alievi, representando a UFRGS; professor Cláudio Silva, da Oficina Regional da Defesa Civil de Taguara, por gentileza; tenente-coronel Rodrigo dos Santos, por gentileza; Sr. Jairo da Silva Ávila, e Sr. Milton Pithan, do grupo de socorristas, por gentileza. Estamos com uma mesa seleta. Tem um quórum qualificado aí. Muito bem. Eu quero parabenizar a Ver.<sup>a</sup> Lourdes, que trouxe essa pauta. Inclusive, eu tenho uma cena agui, uma imagem de um barguinho, um caígue uma cena na Ilha da Pintada com 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 cães –, salvando oito cães. Eu estive lá no Lami e vi uma cena também, vereadora. O cidadão entrou – sabe que ali, na Av. do Lami, a água deu na metade das casas das pessoas, né? - o cidadão entrou com o Corsa dele para salvar seus dois gatos. Entrou com o Corsa. Apagou o Corsa. Teve que pedir ajuda para salvar os dois gatos dele e conseguiu salvá-los. E outro com o "fuca". Quando eu cheguei, o "fuca" abrindo água assim – água alta – e ele meteu o "fuca". Disse que entrou na casa dele com um senhor de idade, com água pelo peito, para salvar seus dois cães e conseguiu salvá-los também. Então, as pessoas... é que hoje um animal, seja um cão, seja um gato, é membro da família, e as pessoas arriscam a própria vida para salvar seus animais. Então, na verdade, essa reunião aqui é para saber um pouquinho o que que o poder público está fazendo dentro dessa calamidade, qual é a estrutura que tem a Prefeitura, o poder público, enfim, para dar essa atenção para os animais também. De imediato, eu passo para a proponente, a Ver.ª Lourdes. Estamos aqui com o Ver. Oliboni, a Ver.ª Tanise, que são



membros desta Comissão de Saúde e Meio Ambiente. Eu gostaria de pedir para que todos que forem fazer uso da palavra, quando fizerem a manifestação, digam qual é o seu nome, a sua identidade, para ajudarmos a taquigrafia. Está bom?! A Ver.ª Lourdes Sprenger está com a palavra.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Bom dia, presidente; bom dia, vereadores que compõem a Comissão de Saúde e Meio Ambiente. Essa proposição já está há mais tempo, porém, nesse ínterim, surgiram essas tragédias que, há muito tempo, não se presenciavam. Nós só ouvimos falar na enchente em 1941, e, em 2015, também, teve uma elevação das águas agui. Então, nós buscamos compor uma pauta e estamos muito satisfeitos que a Prefeitura enviou representantes de vários setores, mas também nós buscamos fora pessoas que possam contribuir. Então, a pauta fala da vida animal, mas há um momento em que eu, ao elaborar uma prevenção, um plano de prevenção aos animais, estou pensando nos humanos, porque não se salva os animais sem salvar também os humanos. Então, nós convidamos o Dr. Marcelo Alievi, vicediretor da faculdade de veterinária, professor, pós-graduado em medicina veterinária, mestrando, que também pode dar uma rápida explanação do Plano Nacional de Contingência de Desastres em Massa Envolvendo Animais, que é do Conselho Federal de Medicina Veterinária, que trata dos animais. Sobre as enchentes, lendo as principais enchentes, me deparei com o pesquisador, geógrafo, mestre e doutor em geografia física do Centro Polar e Climático, da UFRGS, Dr. Pedro Valente, que está presente. Por favor, Dr. Pedro, junte-se a nós na Mesa, para nos falar sobre as enchentes, já que eu lhe descobri no YouTube, falando sobre a enchente de 1941 com grande profundidade de estudos. O Sr. Cláudio Silva da Rocha, que é coronel, especialista nesta área, e que eu conheci na prefeitura de Taquara, e é mestre em gestão de qualidade ambiental, nos passou muitos conhecimentos sobre enchentes que não chegam até as nossas notícias. Eu fiquei sabendo que também no interior e em determinadas regiões já tinha acontecido situações bem dramáticas, e ele nos explanou na Câmara Municipal de Taquara. Representando o IPH da UFRGS



temos a presença da mestra em recursos hídricos e saneamento ambiental, Marina Refatti Fagundes, agradeço a sua presença; também eu destaco a presença do grupo de socorristas que muito ajudou nas ilhas, agora, nos resgates com animais, está aqui o Júlio do Mayday, é um trabalho impressionante que eles entram e vão de barquinho e retiram os animais, e têm uma prática muito grande desse manejo, e também estiveram no Vale do Taquari. Nós propusemos esta pauta para tratar de algo mais amplo, não é só dos animais que, infelizmente se foram, mas o que nós poderemos, no final, fazer como um encaminhamento e deixar registrado aqui nos anais da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, porque só assim se busca a conscientização e a prevenção. Têm outros nomes que eu não citei, mas ficam todos contemplados. Não posso esquecer do major Rodrigo, hoje tenente-coronel, nós não entendemos muito dessa hierarquia, nosso amigo de mais de 20 anos que está no Batalhão Ambiental também e muito nos ajudou e sempre é uma pessoa que nós não esquecemos de convidar, e façam os demais, representantes da Prefeitura também, ficam como esta extensão de citação. Obrigada.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, Ver.ª Lourdes, está conosco a Ver.ª Cláudia Araújo que compõe também esta Comissão. O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Eu queria saudar aqui o nosso Presidente, Ver. José Freitas, a Ver.ª Lourdes, nossa proponente, a Ver.ª Tanise, Ver.ª Cláudia, todos os cidadãos, cidadãs, entidades, representantes do governo. Estas reuniões, Ver.ª Lourdes, elas acabam, vamos dizer assim, nos dando um norte de muitas vezes como agir na Câmara de Vereadores, porque às vezes falta legislação para o tema. Porque, a produção da vida, no caso aqui específico dos animais, em função das ditas catástrofes, que agora os ciclones parecem que são mais permanentes, mais sequenciais, eu acho que há sim alguns movimentos que são importantes. O governo, por exemplo, mandou aqui para Casa, para a contratação, se eu não me engano, foi de 30 servidores para



Defesa Civil, porque mostrou claramente que, de fato, temos que estruturar o poder público independentemente de quem quer que esteja no poder, numa situação como esta, agir rapidamente. Eu também me somo aqui ao Freitas, quando diz: ah, eu vi uma imagem que me chamou atenção. Eu vi uma aqui, nas ilhas, que me chamou muito atenção, um cidadão, com uma pequena canoazinha, um barquinho ali, recolhendo os animais; para onde foram esses animais? O poder público tem espaço, quando acontece isso? Eu estou dando um pequeno exemplo, temos outros exemplos muito mais delicados, por exemplo, no interior do estado quando deu essa situação difícil aí no interior. Então, creio que a ideia também da Ver.ª Lourdes, quando propõe um tema dessa natureza, é ouvir os entendidos do tema e a sociedade de uma forma geral, para podermos nos precaver de possíveis desastres naturais que prejudicam a vida do cidadão como também dos animais. Por isso me somo aqui à excelente pauta.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, vereador. A Ver.ª Psicóloga Tanise Sabino está com a palavra.

VEREADORA PSICÓLOGA TANISE SABINO (PTB): Bom dia a todos, saudar aqui o Presidente da nossa Comissão, os demais colegas vereadores, os convidados que compõem a Mesa, o público que nos assiste, e dizer que realmente nós estamos num estado de emergência, num estado de crise. A nossa capital, a nossa Cidade de Porto Alegre foi fortemente castigada aqui nesses últimos dias pela situação das chuvas e dessas enchentes. Eu quero expressar todo o meu apoio às pessoas, às famílias que estão passando por isso. Eu estive na região das ilhas por duas vezes levando donativos, levando roupas, alimentos, colchões, cestas básicas, produtos de higiene, de limpeza, enfim, ajudando famílias que lá estão, e como já foi citado aqui, que as águas invadiram as suas casas, muitas vezes as águas invadiram até a região do joelho, até a cintura, até o peito. As casas realmente foram invadidas pelas chuvas, é uma situação bem difícil. Tem uma escola, na região das ilhas que eu



apoio, inclusive através de palestras, enfim, fui visitar essa escola e a água, meu Deus do céu, até a cintura, assim. Então é uma situação bem difícil mesmo essa que nós estamos vivendo. Além das famílias que perderam tudo, existe também aquelas que deixaram para trás os seus animais de estimação, e aqui dizer, Ver.ª Lourdes, que toda vida importa, toda vida importa, inclusive a vida desses bichinhos, animais. E nesses períodos críticos os animais também sofrem de maneira significativa, muitas vezes sem terem a chance de serem notados ou socorridos. E aqui eu quero parabenizar, está aqui a Nilza, da Defesa Civil, "A Defesa Civil resgata 30 animais de moradias atingidas pelas enchentes na região das Ilhas em Porto Alegre", o trabalho que a Defesa Civil realiza também nesse sentido. Então, além da consideração moral pela vida animal, devemos reconhecer que a preservação dessas vidas também é uma questão de saúde pública. Com a falta de saneamento e a cheia dos rios infelizmente temos as condições ideais para propagação de zoonoses. É alarmante observar o aumento significativo nos casos de leptospirose após as recentes chuvas. Essa doença, transmitida principalmente pela urina dos animais contaminados, representa uma séria ameaça à saúde de nossa comunidade e aumentou significativamente em nossa capital. Então eu quero reafirmar dizendo que esta pauta é muito pertinente, a Ver.ª Lourdes propôs esta pauta, precisamos instruir a nossa população sobre as práticas seguras e responsáveis em relação aos animais de estimação durante estas situações de desastre e também desenvolver programas de resgate e assistência veterinária durante esta situação de emergência. É isto que nós temos que pensar, como já foi dito aqui, o que fazer nessas situações, para onde levar esses animais, então penso que através de programas de resgate, bem como estabelecimento de abrigos temporários que leva em consideração as necessidades específicas desses animais. Muito obrigada.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): A Ver.ª Cláudia Araújo está com a palavra.



VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Bom dia a todos, bom dia a todas. Cumprimento à Mesa, presidente Freitas; Ver.<sup>a</sup> Lourdes, parabéns pela pauta, extremamente importante; Ver. Oliboni, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, Ver.<sup>a</sup> Tanise. Cumprimento todos que estão aqui conosco, o Nascimento. Na verdade, é uma pauta extremamente importante, mas eu acho que o ponto principal desta pauta é onde a gente mantém esses animais, como a gente cuida desses animais. Eles voltam para os seus donos? A gente consegue fazer com que isso aconteça? E, senão, porque muitas famílias perderam tudo, algumas perderam, inclusive, seus animais, como é que a gente devolve esses animais para uma família que muitas vezes não tem nem o que comer. Como é que a gente faz esta reversão de devolução, de entrega? Então a gente precisa pensar e eu acho que esse é o ponto principal da nossa reunião: como é que a gente trabalha e como é que a gente pode melhorar essa questão. É muito bonito o que a Defesa Civil, o que os órgãos competentes fazem quando a gente tem um desastre, porque, muitas vezes, vocês arriscam a própria vida, dependendo da situação, para salvar um animal. Eu estive em Estrela, entreguei dois caminhões lá, porque as famílias também perderam tudo e uma das casas que eu fui, que era de um conhecido, ele tinha dois cães. Um, ele não conseguiu tirar da corrente que estava preso e morreu afogado, o outro eles conseguiram colocar no barco. A água subiu muito rápido, foi uma coisa muito triste e a gente encontrou uma vaca, esses dias, aqui no Guaíba. Então a gente não está falando só de cachorrinho e gatinho, a gente está falando de animais em geral, cavalos, animais maiores. É muito importante a gente saber como é que a gente trata a partir do desastre. O desastre a gente normalmente consegue ajudar bastante, não todos, mas bastante, como depois a gente resolve? Porque, aí, entra todo um outro trabalho que eu acho que a gente tem muito que crescer, muito que melhorar que é a questão do acolhimento de quem cuida dos animais também que não tem, muitas vezes, para si, não consegue se manter e precisa desse suporte. A gente, enquanto poder público, não tem braços para isso. É uma discussão extremamente longa, mas que começa, quando a gente tem um momento mais crítico para viver.



PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): A Ver.ª Mônica Leal está com a palavra.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Bom dia presidente; bom dia colegas da Mesa, convidados. Esta pauta é extremamente importante e não poderia ser de outra pessoa, de outra colega, que não a Ver.ª Lurdes que há longa data abraçou. Eu estou no meu quarto mandato e acompanho a caminhada da Ver.a Lurdes e sempre que me chega algo relacionado a animais eu me oriento com a Ver.<sup>a</sup> Lurdes e passo para ela. Então, o que eu posso dizer é que as enchentes, é claro que isso iria acontecer, nós tivemos pessoas que foram afetadas, atingidas de maneira drástica com suas vidas inclusive, perderam casas, objetos, móveis, não poderia ser diferente com os animais. Eu estive nas ilhas e me envolvi muito, porque eu sou procuradora da Procuradoria Especial da Mulher e nós levamos doações que foram entregues para a Defesa Civil. Eu sempre penso e acho importante que nós façamos desta forma, para quem está no comando, eu não posso sair doando, levando porque existe ali um órgão competente para atuar nessa situação. Nós levamos mais de 15.000 itens de produtos de higiene pessoal e limpeza e foi entregue para a Defesa Civil e, via FASC, via Brigada Militar, sai extremamente orgulhosa do trabalho que esses agentes, preparados, estão fazendo. O que eu queria aqui é aproveitar a oportunidade e cumprimentar a Ver.<sup>a</sup> Lurdes por ter uma pauta que, muitas vezes, nós, frente à tragédia humana, podemos esquecer, não que não se goste de animais, é claro que são extremamente importantes, mas pode passar para um segundo plano devido à importância com as pessoas, com vidas humanas. Então queria aproveitar aqui a oportunidade, pedi uma pesquisa sobre o tema, e acompanhei que a Defesa Civil e todos os órgãos da Prefeitura, assim como a Brigada Militar, merecem uma justa comemoração e cumprimentos. Passo a palavra para que possamos continuar no debate.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, Ver.ª Mônica. Eu vou passar a palavra para os convidados agora, mas eu queria fazer uma pergunta e se alguém que estiver na Mesa souber como está funcionando, alguém do governo



aqui... Nós aprovamos uma lei de minha autoria, o Banco de Ração e de Utensílios, eu sei que estão captando esses utensílios no Gabinete da Causa Animal que é na Prefeitura e, na verdade, tem que ter um local adequado, enfim, principalmente para a ração. Eu estou com uma agenda por marcar, a primeiradama não marcou ainda por causa das questões da enchente, está envolvida com isso, mas para tratar dessa causa aqui, dessa pauta que é para ela tomar frente nessa questão do Banco de Ração também. Então, se alguém aqui souber se está funcionando, como está funcionando, depois...

**SPRENGER** VEREADORA LOURDES (MDB): Vereador, só complementar, os animais das ilhas todos foram resgatados, inclusive tem uma ONG aqui, agradeço a presença, que fez esse trabalho junto com o Gabinete da Causa Animal. Está agui o veterinário também, o Jairo, foi um trabalho que, desta vez, as protetoras não precisaram entrar, porque a Prefeitura tinha uma infraestrutura já montada. E também esses socorristas, que para nós é uma novidade, mas existem em todo país esses grupos, atenderam a contento. Quando eu estive lá, ainda faltavam uns dois ou três animais de uma casa que tinham tirado, esses socorristas entraram, a água foi subindo, a gente foi voltando e eles foram indo, porque é a especialidade deles nesta área, têm expertise. Então, os animais ficaram contemplados, vários locais receberam animais, tem mais de cem animais que deverão voltar às suas casas, mas a gente sempre sabe que alguns não voltam e ficam para doar. Então, lá ficou contemplado, tem mais uma doação bem grande de uma empresa que está passando para lá, e nós também estamos auxiliando.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Que bom, notícia boa. O primeiro dos convidados, Pedro Valente, por gentileza. Pedro Valente, geógrafo, mestre e doutor com louvor em geografia física pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia, especializado em variabilidade climática subtropical e polar. E aqui continua. Eu vou parar por aqui.



SR. PEDRO VALENTE: Bom dia a todos. Eu tenho uma apresentação que eu trouxe, eu não sei se é possível, eu a tinha colocado no computador. (Procede à apresentação das imagens.) Eu sou o Pedro Valente e eu vou falar um pouco hoje sobre o contexto das anomalias de precipitação em Porto Alegre. A imagem que eu escolhi como capa já ilustra muito a pauta dessa reunião, é uma foto da enchente de 1941, é um homem tentando tirar o seu cavalo e a sua carroça da enchente, fugindo. E, durante o mestrado, eu trabalhei com o histórico de todas as enchentes que ocorreram no século XX em todo Rio Grande do Sul e eu encontrei fotos muito piores que essas. A gente teve agora, em Muçum, uma foto emblemática da ovelha em cima do poste, isso é algo muito mais comum, basicamente todas as enchentes que foram reportadas têm alguma foto assim. Eu trouxe uma que não é tão impactante, mas que ainda assim choca, porque ela ainda é atual, a gente ainda vê pessoas fazendo isso hoje em dia, tentando salvar os seus animais e a sua forma de sustento de uma catástrofe. Então, eu preciso conceituar algumas coisas: as enchentes são eventos extremos que são episódios intensificados de algum fator natural, chuvas, temperaturas, variações de temperaturas e que geram fenômenos que geram impactos notavelmente destrutivos, como o excesso de uma chuva leva a uma enchente, furações, secas, deslizamentos de massa, por exemplo. E dois conceitos que são diferentes, mas que se relacionam com eventos extremos são a variabilidade climática, que são oscilações naturais do clima sem alteração global como a La Niña ou El Niño, por exemplo, e a mudança climática, que é a intervenção do homem nessa variabilidade climática, que acelera fenômenos naturais e altera o balanço de energia global. A enchente de 1941, como a vereadora disse, é o caso mais famoso, eu comecei o mestrado pela enchente de 1941, porque era o que tinha mais registros e, tanto eu, quanto meu orientador, quanto os meus colegas de laboratório, a gente sempre se perguntava: Quando seria a próxima enchente de 1941? Qual o tempo de retorno dela? Qual a ciclicidade dela? E a gente viu que, em 1941, não só Porto Alegre foi atingida, mas, como já foi mencionado aqui, várias cidades do Rio Grande do Sul foram atingidas, e valores muito altos, valores extremamente altos como, por exemplo, Porto Alegre, em 22



dias, choveu 620 milímetros, o que é quase a metade da chuva anual de Porto Alegre. Então, em 22 dias, a gente teve quase metade da chuva anual de Porto Alegre. E, em setembro deste ano, nós tivemos 430 milímetros, é quase 1/3 da precipitação anual de Porto Alegre em um único mês. O que era para chover em 365 dias, em 30 dias. Então, esses padrões se repetem: em 1959, em 1967, em 1982, 1974 – existe um histórico de enchentes – em 2015, 2023. E o que chama atenção é que elas estão ficando mais frequentes. Esse é um gráfico da minha tese de doutorado, é um teste estatístico onde a linha constante, a linha preta, é uma linha do de nível de significância e a linha verde representa uma variável. Cada vez que a variável ultrapassa a linha preta, a gente tem uma mudança no padrão de comportamento dessa variável. A variável nesse caso é a precipitação do Rio Grande do Sul. Quando a gente olha a precipitação no Rio Grande do Sul, a gente tem a média móvel em preto e todos os eventos que aconteceram em verde. A gente percebe então que, de 1982 para cá, os eventos com dois, três, quatro desvios padrões acima da média não só se tornaram mais intensos como mais frequentes, o intervalo entre eles diminuiu de 15 a 20 anos para10 anos. E o que a gente tem encontrado não só na minha tese como em trabalhos de colegas de outras universidades é que resultados que a gente esperava para daqui a 10 anos, intensificações de mudanças climáticas que a gente esperava para daqui a 10 anos estão ocorrendo agora, o que significa que a atmosfera está mais carregada e está respondendo mais rapidamente a essas mudanças climáticas. Isso tem uma influência do El Niño. O El Niño não é o único culpado, mas a gente está enfrentando uma questão agora de um El Niño muito forte, muito intenso. O El Niño, só para contextualizar, é um aquecimento anômalo das águas do Pacífico que ocorre ali na região do Peru e do Equador e que altera o balanço pluviométrico do mundo inteiro, trazendo não só mais chuvas da Amazônia para o Rio Grande do Sul, como da Antártica para o Rio Grande do Sul, porque ele altera também a conexão trópico/polo. Então praticamente todo o mundo é alterado. O Rio Grande do Sul está numa posição geográfica que recebe tanto os sistemas que vêm da Amazônia e que influenciam o que já passa ali pelo Chaco, pelo Paraguai e chega aqui quanto o que vem direto da Antártica



e do Oceano. Então a gente recebe frentes dos dois sentidos, o que potencializa a chance de ciclones, por serem frentes quentes e frentes frias. Esse gráfico eu fiz então pegando os quatro maiores El Niños já registrados na história, como a gente vê em verde, azul e amarelo, que são os El Niños de 1982, 1997 e 2015. Tanto o de 1982 quanto de 2015 permanecem bastante tempo como um El Niño fraco, que é o que está ali naquele quadrante verde, depois sobem para o El Niño moderado e aí atingem as suas anomalias, como é o El Niño forte, que é aquele retângulo vermelho, que é onde aconteceram as enchentes aqui no Rio Grande do Sul. O El Niño de 2023/2024 tem apenas três meses categorizado como El Niño, dois como fraco, um como moderado e ele já atinge as proporções que os El Niños anteriores atingiram no seu pico. Então ele ainda não chegou no pico e ele já atinge as mesmas proporções. Isso é a primeira vez que a gente vê. Quando a gente bota um gráfico de temperatura da superfície do mar a nível mundial, a linha em preto, mais acima, é o ano de 2023, ele está muito acima de todos os outros anos já registrados; o ano em laranja é 2022 e o pontilhado é 2016, até então os dois maiores, e quase que falta um eixo Y no gráfico para a gente conseguir visualizar o comportamento de 2023. O gráfico da direita é um prognóstico de fim do El Niño, espera-se que ele acabe entre a segunda quinzena de maio e a primeira quinzena de junho de 2024, o que significa um episódio muito curto, mas muito mais intenso do que episódios mais longos que já ocorreram no passado.

Por último então, finalizando, o sudeste da América do Sul, de acordo com o último relatório do IPCC, mostra que é uma das poucas áreas do mundo que tende a se tornar mais úmida e mais intensa, e esse cenário tanto de frentes, uma frequência maior de frentes vindas da Antártica quanto da Amazônia, se encontrando aqui no Rio Grande do Sul, potencializam muito o risco de ciclones, como a gente teve já esse ano. Nós estamos, se eu não me engano, no sétimo ciclone, a gente está no sétimo ciclone deste ano e é provável que até o fim desse El Niño a gente tenha mais ciclones. Cada ciclone potencializa uma chance de inundação, de enchente, como a gente viu agora em Roca Sales Colinas, Muçum e Porto Alegre também. E um histórico que eu achei importante



salientar é que em todas as enchentes que eu encontrei sobre Porto Alegre, tanto de 1900 até 2000 e seguindo e para 2020, não teve nenhuma em que a região das ilhas, em que o arquipélago não foi afetado, todas, é sempre a primeira região. E cada vez as enchentes registram valores mais altos nessa região, o que é um uma situação alarmante.

E por último queria dizer então que o impacto de uma enchente não é só atmosférico, é social também. A chuva é um impacto atmosférico, mas como a gente vai lidar, como a gente trata as áreas úmidas próximas ao rio que funcionam como uma esponja, que absorvem a inundação e ajudam a conter as águas, como a gente vai tratar os bueiros, todo o sistema de drenagem que ajuda a diluir essa água, a enchente é um fator tanto atmosférico quanto social, envolvendo políticas públicas e, por isso, é algo extremamente sutil e existem várias perspectivas que podem abordá-la.

Eu queria agradecer o convite e só mostrar aqui a visão geral. Nós estamos sendo influenciados tanto por forçantes tropicais quanto polares e a interação do oceano atmosférica mais o fator da poluição, o fator antrópico potencializam então a chance de riscos para o Estado. Quando a gente olha os sete meses mais chuvosos de Porto Alegre, a gente vê quatro deles em vermelho, como meses que aconteceram El Niño e três como meses que aconteceram em outras fases, La Niña ou neutro. Espera-se, já que os padrões estão se intensificando mais rápido, é muito provável que daqui a cinco anos a gente tenha meses, ocorridos nos últimos cinco anos, pontuando entre os sete maiores, e que a gente acabe tendo os sete maiores meses ou mais meses atuais, dentre os sete maiores. E, do ponto de vista de um climatologista, essa é a minha maior preocupação. Eu agradeço a oportunidade, era isso.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Nós que agradecemos, Pedro, pelo teu estudo muito profundo. A próxima convidada é a Marina, mestre em recursos hídricos e saneamento ambiental. Seja bem-vinda, Marina.



SRA. MARINA REFATTI FAGUNDES: Bom dia, antes de começar, gostaria de agradecer o convite para participar. Meu nome é Marina, eu sou estudante de doutorado do grupo de pesquisas em desastres naturais do Instituto de Pesquisas Hidráulicas da UFRGS. Tanto no mestrado quanto no doutorado, eu tenho trabalhado com metodologias para prevenção de inundações, basicamente zoneamento urbano e elaboração de sistemas de alerta. Hoje eu vim aqui falar um pouquinho dessa relação dos desastres naturais com a preservação da vida animal. O título da minha palestrinha agora vai ser: Considerando Desastres Naturais com Ênfase em Inundações e Riscos à Vida Animal e à Saúde Pública. (Procede à apresentação.) Para começar, gueria só conceituar o que seriam desastres naturais. De acordo com o Escritório das Nações Unidas, os desastres são definidos como sérios distúrbios da funcionalidade de uma comunidade ou sociedade, ocasionando impactos e perdas humanas, econômicas e ambientais, as quais excedem a capacidade da comunidade afetada de se recuperar com seus recursos próprios. Esse é um conceito mais geral e mais aceito, porque é o conceito que é das Nações Unidas, mas tem diversos outros conceitos de desastres naturais. Um deles é o que eu coloquei aqui, que é do Ministério da Integração Nacional, que definiu um desastre como sendo resultado de eventos adversos naturais ou provocados pelo homem sobre um cenário vulnerável. Às vezes, olhando esses conceitos, a gente não entende realmente o que é que seria um desastre natural. Em outras palavras, a gente pode dizer que as inundações, escorregamentos, estiagens, vendavais, incêndios florestais, eles são fenômenos naturais que vão ocorrer independente da ação do homem. Claro que a ação do homem pode agravar esses fenômenos naturais, mas eles vão ocorrer. Aqui na imagem da esquerda, a gente vê um deslizamento de terra, eu acho que talvez a imagem tenha ficado um pouco escura, mas é um deslizamento de terra. Nesse caso, o deslizamento ocorreu num local inabitado, então, não gerou nenhum desastre. Já na imagem da direita, o fenômeno que ocorre é o mesmo, é um deslizamento de terra. Só que, nesse caso, o deslizamento ocorreu num local intensamente povoado, ocasionando danos ambientais econômicos ou sociais, ou seja, é um desastre



natural. Só como um esquema, a gente pode dizer que um desastre natural é resultado da interação dos fenômenos naturais, que seriam inundações, escorregamentos, vendavais, com a população. Dependendo da causa do fenômeno natural, a gente vai ter diferentes classificações para o desastre natural. A que a gente usa aqui no Brasil é a classificação da Cobrade, que é a Classificação e Codificação Brasileira de Desastres. Ela classifica os desastres naturais de acordo com cinco categorias: os geológicos, os meteorológicos, os hidrológicos, os climatológicos e os biológicos. De todos esses desastres, os que mais geram danos são os desastres hidrológicos, que seriam inundações, enxurradas e alagamentos. Eles causam mais prejuízos tanto no Brasil quanto no mundo todo. Aqui eu apresento um gráfico do banco de dados internacional de desastres, que apresenta o número de desastres ocorridos no Brasil em cada uma das categorias, nos últimos 70 anos, de 1948 até 2022. Nesse gráfico, a gente percebe claramente que os desastres hidrológicos são os que mais causam danos e mais afetam as pessoas. Claro que aqui neste gráfico só estão apresentados os desastres de maior magnitude, já que os desastres de menor magnitude normalmente não entram nesses bancos de dados. Já que os desastres hidrológicos são os que mais causam danos à população, eu botei aqui só uma explicação melhor do que seriam esses desastres hidrológicos. Aqui é um esquema duma secção transversal de um rio. Normalmente, numa situação mais recorrente, a água que passa no rio, ela cabe dentro desse leito vazante. Só que aí, de tempos em tempos, o nível da água tende a aumentar em decorrência das estações chuvosas e tudo mais, e pode chegar a atingir essa parte, que seria o leito menor do rio. Isso é um fenômeno natural. Em casos mais extremos, que também seriam fenômenos naturais, a água pode extravasar e atingir essa parte do leito maior, que seriam as planícies de inundação. O problema é que, normalmente, como esse leito maior não é alagado na maior parte do tempo, as pessoas começam a morar nesses locais, construir suas moradias, esse tipo de coisa. Então, quando ocorrem esses eventos mais extremos, acabam ocasionando os desastres. Normalmente, essas áreas já seriam alagadas, só que por um curto período de tempo e a cada, sei lá, 10, 15



anos. Aqui só mais uma conceituação, para finalizar essa parte, do que seria uma enchente, uma inundação e um alagamento. Geralmente, a gente usa esses termos como sendo sinônimos, mas eles não são. A enchente ocorre quando o nível d'água sobe só um pouco e não chega a extravasar para a planície de inundação; as inundações ocorrem em eventos mais extremos, quando o nível de água sobe muito mais e acaba alagando toda a planície; e já os alagamentos estão relacionados mais a problemas de drenagem, eles não são relacionados a cursos d'água. Mas, independente do fenômeno, todos eles causam danos ambientais, econômicos e sociais, entre esses danos estão os danos da vida animal, que ocorrem tanto para animais domésticos, que seriam cachorros, gatos, vacas porcos e galinhas, quanto animais silvestres e selvagens.

Aqui eu só coloquei algumas das reportagens que eu encontrei no Google. Eu não precisei procurar muito, só coloquei, são reportagens das últimas semanas. Então, por meio delas, a gente percebe que muitos animais foram afetados nessas últimas semanas, eles são influenciados pelos desastres naturais. Isso que aqui só estão considerados os animais domésticos, que eles têm um apego mais afetivo e econômico. Os animais selvagens nem chegam a aparecer aqui, mas eles também são afetados pelos desastres naturais.

Falando mais especificamente dos danos aos animais, quando ocorrem desastres hidrológicos, primeiramente, os animais acabam morrendo afogados; eles podem ficar enterrados nos destroços; podem ser feridos; eles podem se contaminar devido à água e aos alimentos contaminados. Também aumenta o número de animais sem donos, tanto porque eles se perderam dos donos quanto porque as famílias já não têm mais condição de cuidar desses animais. Também ocorre a perda dos habitats, isso mais relacionado a animais selvagens, já que, quando inunda uma área, acaba destruindo vários ninhos, tocas e também acaba movimentando uma grande quantidade de sedimentos. Às vezes, a gente pensa que uma inundação não prejudica os animais aquáticos, mas também pode prejudicar, já que a maior quantidade de sedimentos e detritos na água pode afetar a entrada de luz e alterar o ciclo de oxigênio nos rios. E também perdas econômicas, já que vários animais são utilizados como fonte de subsistência



tanto como forma de alimento, forma de transporte, quanto fonte de renda. Então, aqui eu coloquei uma frase de um proprietário, que o rio arrastou, na semana passada, essa búfala, foi arrastada por mais de 100 quilômetros. Esse proprietário perdeu grande parte da forma de seu sustento, mas ele não foi o único, tem vários outros proprietários rurais que acabaram perdendo suas fontes de renda. Então, seria importante incluir os animais nas estratégias de redução de riscos e manejo de desastre, porque assim o governo reduziria tanto sofrimento da população, que é vítima da catástrofe, quanto os gastos com os reparos.

E aqui, então, tem a parte tanto que os animais vão ser feridos e vão acabar morrendo, mas também tem a parte da saúde pública, porque os animais também podem transmitir doenças para a gente. Então, a aquele gráfico que eu coloco ali é de um estudo de 2016, que mostra claramente que, conforme o nível da água aumenta, aumenta o número de casos de leptospirose. Esse é um estudo específico para leptospirose, mas tem diversos outros estudos que tratam de outras doenças. Além desses dessas doenças mais comuns, eu diria também que teria a parte dos animais deixados no ambiente, que podem adoecer e transmitir outras doenças que a gente nem sabe, assim como foi o coronavírus, que surgiu de uma forma inesperada, pode acabar surgindo outras doenças por essa forma de transmissão. E também os animais que são deslocados correm o risco de terem surtos de infecção neles, já que eles vão estar feridos, tomando água e comendo comida contaminadas. Por fim, podem ocorrer incidentes com animais peçonhentos, já que nesses destroços acabam sendo um novo habitat para esses animais que foram prejudicados pelas inundações.

Então aqui, assim como na gestão de um desastre a gente tem que cuidar o antes, o durante e o após, antes como forma de prevenir ou tentar mitigar o desastre; durante para socorrer as vítimas; e após para reparar os danos, os animais têm que estar incluídos nessa gestão de risco. Então, aqui eu coloquei algumas coisas que poderiam ser feitas pré-desastre, tentando reduzir o número de animais afetados. Primeiro, saber os tipos de desastres que podem ocorrer no local, para que a pessoa saiba como agir. Então, haver um treinamento das



pessoas para tratar os animais durante e após a ocorrência de um desastre, isso incluiria os animais nos planos de emergência, talvez ter um *kit* desastre, contendo alimentos para casos de emergência; saber quais os abrigos que aceitam animais, caso não tenham abrigos que aceitam animais, construir abrigos seguros para eles; também manter a vacinação em dia tanto para os animais não ficarem doentes quanto para eles não passarem doenças para a gente. Também fazer evacuação segura de áreas que ofereçam perigos aos animais, talvez numa fazenda que tem alguma área que alague com frequência no ano, ou que alague todos os anos, então já tentar prever quando vai ocorrer esse alagamento e remover os animais desse local, e divulgar isso à comunidade. E após o evento, sempre que possível, examinar os animais para verificar as suas saúdes.

Para finalizar, coloquei algumas iniciativas que ocorreram, uma delas é o projeto de lei que colocou na Política Nacional de Segurança de Barragens a gestão de risco para os animais. Então, para os animais estarem incluídos em caso de rompimentos de barragens. E essa outra que seria o Plano Nacional de Contingências de Desastres em Massa envolvendo animais, que um grupo de veterinários, depois da ocorrência de vários eventos, percebeu que nada era feito para os animais, então eles resolveram começar a atuar, salvando os animais e, depois, promovendo capacitações para que esse salvamento fosse feito de forma mais eficiente. E aqui eu coloquei uma frase de um artigo científico que fala, mais ou menos, que à medida que a gente incorpora os animais na sociedade, a gente também os expõe aos mesmos perigos que nós. Então nós acabamos sendo responsáveis pela vida deles e pelo bem-estar. E, para finalizar, coloquei algumas referências de como atuar num desastre mais na parte animal antes, durante e após a ocorrência do desastre, não considerando só inundações, mas também incêndios florestais e outros tipos de desastre. Era isso, obrigada pela atenção.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Nós que agradecemos, até pelo teu estudo muito bacana. Eu até lembrei aqui: eu sou da região carbonífera, do rio



Jacuí, apesar de estar desde 89 aqui, a gente fica sabendo das informações de lá. Há muitos pescadores lá, e um pescador postou no grupo de WhatsApp que eu tenho lá da cidade, ele postou que enquanto ele estava pescando na beira do rio, agora na enchente, passaram mais de 100 animais boiando, entre porcos e gado, e ele não pescou nem um peixe, mas ele pescou um *freezer* cheio de carne congelada. Ele postou. Ele pegou um *freezer* que estava descendo o rio, e estava cheinho de carne congelada. Então, são histórias verídicas, enfim. O coronel Cláudio Silva da Rocha, que é mestre em Gestão de Qualidade Ambiental, tem especialização em Direito Ambiental e é coordenador voluntário da Oficina Regional da Defesa Civil de Taquara, está com a palavra. Seja muito bem-vindo.

SR. CLAUDIO SILVA DA ROCHA: Obrigado. Eu quero saudar os integrantes da Comissão de Saúde e Meio Ambiente desta Casa, quero me congratular com a Ver.<sup>a</sup> Lourdes pela iniciativa, nós nos conhecemos lá em Taguara um evento parecido com este, onde tratamos especificamente de políticas públicas de defesa civil. Só pra contextualizar um pouquinho a minha participação aqui, eu tenho uma atividade como coordenador voluntário da Oficina Regional de Defesa Civil do Vale do Paranhana, Região das Hortênsias e Alto Sinos desde 2010, a oficina não é uma entidade, não tem personalidade jurídica, é uma iniciativa, e a gente resolveu dar um nome para essa iniciativa, até para se caracterizar. E o trabalho desenvolvido lá na região, começou com 11 municípios, hoje nós estamos com seis, tem justamente a finalidade de capacitar, de trabalhar a temática de defesa civil em todos seus ângulos, em todos os seus aspectos e, sobretudo, tentar manter a permanência do coordenador municipal de defesa civil a despeito das trocas políticas que possam haver na administração pública. Eu quero, em especial, aqui, antes de encaminhar o tema, eu não fiz apresentação até para ganhar um pouquinho mais de tempo, expliquei para o Luiz ontem, cumprimentar o meu amigo coronel Itacir, que assessora a Ver.ª Lourdes agui na Casa, e que, já em 94, lidávamos com essa temática no âmbito estadual; quero cumprimentar o coronel Rodrigo, que também tem um trabalho



numa área que eu costumo dizer que é irmã siamesa e gêmea da defesa civil, que é o meio ambiente; e o major Pithan, que tem dedicado os seus dias ao emprego prático de técnicas e de capacitação de pessoas nessa área. Bem, é indiscutível a importância do Legislativo se envolver nessa temática de desastres, e, por consequência, dentro da setorial de defesa civil municipal, porque é do município a primeira resposta, é no município que o evento ocorre é aqui que a gente precisa responder a isso. Então, quando o Legislativo chama para si a discussão desse tema, nós, enquanto cidadãos, nos sentimos confortados, porque estamos vendo as nossas representações, os nossos representantes, trazendo um tema tão pouco valorizado no âmbito de Brasil. Se a gente olhar o histórico da Defesa Civil brasileira, que começa lá em 1941, com um decreto criando o Serviço de Defesa Passiva Antiaérea, por conta dos possíveis ataques alemães ao Brasil, a gente vai ver que ela teve um mote de criação a partir de um evento que não era um desastre natural, era um desastre, mas não era um não era causado por um evento da natureza. E pasmem, os senhores, de que é encerrada a guerra em 45 - maio de 45, se não me falha a memória – e em setembro de 45 o governo extinguiu, editou um outro decreto extinguindo então o Serviço de Defesa Civil no Brasil, que só retorna em 1966, por conta de um grave acidente de inundação que houve no então Estado da Guanabara, e aí, como sempre no Brasil, movido pelas circunstâncias e pelos fatos, a gente acaba tentando se organizar de uma forma ou de outra. Mas eu costumo dizer, e o pessoal lá da Oficina Regional de Defesa Civil, onde a gente atua, sempre brinca muito comigo, quando eu refiro a enchente de 82, lá na região de Taquara e arredores, quando eu digo pra eles que nem bem havia desaparecido a mancha da enchente na parede das casas e já não se falava mais em Defesa Civil. E não se surpreendam, os senhores e as senhoras, se daqui a 30 ou 40 dias, essa tragédia que a gente teve lá na Bacia Taquari-Antas seja relegada para um segundo plano. Outro fato vai entrar na mídia, vai entrar na pauta e se nós, enquanto cidadãos e enquanto legisladores, não estivermos promovendo eventos, buscando ações, buscando envolvimento social para a resolução disso, nós não vamos ter a solução pra isso. O Rio Grande do Sul é



péssimo em política pública de defesa civil. Se nós olharmos para o outro lado do Mampituba, fomos ali em Santa Catarina, quando a gente atravessa para cá, eu costumo dizer que dá vontade de sentar no acostamento da freeway e chorar, tal a diferença que nós temos em relação a eles. Bom, alguém diz assim: "Ah, mas eles tiveram mais desastres que nós." Mas os desastres estão acontecendo aqui. Está ali o professor Pedro que nos mostrou. Nós estamos fazendo um estudo lá na região, vamos publicar um material agora com a Feevale, ainda neste ano talvez, em que se buscou todo o histórico, professor Pedro, dos eventos severos lá na região, desde 1900... desde até onde gente conseguiu ir no passado, até onde os elementos que a gente tem lá nos permitem buscar isso, e a gente vê que sistematicamente a gente passa por esses perrengues aí e logo é esquecido, e a gente segue a vida, e as pessoas se reconstroem, e vamos andando. Bem, eu quero fugir um pouquinho do conceito doutrinário e legal de defesa civil porque está dentro da temática - desastre está dentro da temática – e dizer que, tentando simplificar assim ao máximo a questão de defesa civil, defesa civil se resume a três, vou ser irônicos, três simples ações: conhecer as ameaças, identificar os riscos, e gerenciar esses riscos, e administrar os efeitos do evento adverso ao desastre. Bem, eu trouxe aqui um apito propositalmente, vamos admitir que eu – em um delírio fora do contexto desta Comissão - soe esse apito três vezes, com três silvos breves por três momentos. O que os senhores e as senhoras fariam? Iriam pensar que o Cláudio está louco, enlouqueceu, que a Ver.ª Lourdes não sabia onde estava com a cabeça quando trouxe esse camarada para vir aqui tocar apito para nós. O que que significariam os três silvos de apito? O que nós deveríamos fazer quando houvesse esses três silvos de apito? E esse é o problema que nós temos hoje, nós estamos falando aí em investir em tecnologia, que a gente nunca teve ou que a gente tem e usa de uma forma inadequada, mas o que falta é a gente combinar com a ponta o que significa o alerta que eu, enquanto coordenador de defesa civil, eu, enquanto prefeito, eu, enquanto secretário, recebo todos os dias num grupo do WhatsApp da Defesa Civil do Estado, ou de um órgão de meteorologia. E eu preciso saber como é que eu desconfiguro essa informação



técnica, que às vezes vem com mapas como o prof. Pedro mostrou ali de temperatura de nuvem, de altura de nuvem, de potencial de nuvem de chuva, como é que eu digo para aquele camarada que está lá na área de inundação, que habita lá, que não nos cabe aqui, neste momento, discutir as razões disso, como é que eu digo para ele: "Meu amigo, levanta teus móveis, desliga tua luz, solta o teu cachorro, ou pega o teu cachorro, pega os teus remédios, pega os documentos e sai daí! Vai para a casa de um parente ou o poder público vai te oferecer um abrigo." Como é que eu faço isso chegar lá? Essa é a grande questão, é o grande nó górdio que nós precisamos desfazer, e nós não estamos conseguindo fazer isso. Não adianta nós investirmos milhões de reais em estruturas tecnológicas para fazer leitura de quanto chove, quanto o rio sobe se eu não tiver esta simplicidade, que não é tão simples assim, de chegar lá no cidadão e ele compreender que ele precisa sair dali – e as pessoas também não têm essa compreensão, elas não querem sair. Não querem sair porque acham que o rio não vai subir, eles não querem sair porque possivelmente a casa dele vai ser saqueada, enfim tem uma série de desculpas para isso. Eu não vou sair, como agora de manhã eu ouvia uma pessoa lá de Roca Sales dizer: "Não, eu não saí de casa, ela não queria sair de casa porque o rio nunca tinha chegado ali, e ela morreu, ela foi carregada pelas águas". Então, esse é o nosso grande desafio: como é que o poder público desconfigura essa informação mais técnica, muitas vezes compreensível pelo coordenador da Defesa Civil, que vai chover "x" milímetros, isso significa que nós vamos ter uma elevação de tantos metros no nível do rio, que esse nível do rio vai chegar em alguns lugares onde existem pessoas que estão morando e fazer essa pessoa compreender que ela precisa sair de lá. Esse é o nosso desafio. Todos esses estudos que a gente vê, o papel da academia, que é muito importante, estar dentro desse processo, todos estudos que a gente vê, tudo o que a gente falar aqui não vai ter valor se a gente não conseguir resolver essa parte da equação, porque esse é o produto final que é salvar pessoas, preservar patrimônios, preservar vidas, e assim por diante. Bem, então de nada adianta investir, e se fala agora, a gente vê discurso de gestores falando: "Agora nós vamos investir em tecnologia, nós vamos investir



em sistemas de alerta, nós vamos investir em estação meteorológica, hidrológica, radares", que nós não temos, nossos radares aqui, a gente usa o da aeronáutica que chega, muitas vezes, com uma informação defasada e pega uma franja, como a gente diz, de um radar lá de Santa Catarina. E, como a terra é redonda, ele não consegue pegar os dados com a exatidão que a gente precisaria para ter um prognóstico do que vai acontecer. Então, nós estamos nessa empreitada, a gente precisa, sim, aplicar em tecnologia, mas precisa também combinar com as pessoas o que elas precisam fazer, isso é como um baile. Quem é a orquestra nesse processo? A orquestra nesse processo é o evento adverso. Quem são os pares que devem dançar esse baile suavemente e alegremente? O poder público municipal e as pessoas que serão atingidas pelo evento adverso. Assim, com a resolução dessa equação, que é bem complexa, nós vamos chegar onde é o motivo da nossa reunião hoje, porque nós salvando pessoas, tirando as pessoas a tempo dessa área de risco, nós certamente estaremos tirando também seus animais, seus pertences e colocando todos em lugares seguros e adequados.

Então, era isso o que eu queria trazer para vocês e reforçar a necessidade de a gente resolver esse impasse: como é que nós combinamos com as pessoas o que precisa ser feito. O restante é complemento para a gente chegar na resolução disso sem desmerecer, é lógico, esse trabalho. É um tanto quanto... Não é difícil, pessoal, fazer isso, isso é trabalhoso. Diretamente, nesta questão de defesa civil, eu estou desde 1982, efetivamente desde 2010, nesse trabalho que a gente faz na região. A gente tem um quadro de trabalho anual, nós já fizemos 180 sessões de capacitação e planejamento dos coordenadores de 11 municípios, e nós não conseguimos chegar lá ainda.

Nós temos lá uma boa rede de estações, de réguas, há uma conversa diária entre os coordenadores, avisando sobre a situação do rio, para quem está jusante do rio, mas nós ainda, muito embora insistindo, tendo essa consciência, tendo esta intensidade de discussão da temática de gestão de risco e desastre, nós ainda não conseguimos chegar lá, não conseguimos. Há "um tranca", porque isso precisa ter uma vontade política do gestor municipal, precisa ter alguém que



seja capaz de integrar, como diz lá no art. 3º da Lei nº 12.608, as políticas públicas municipais, todas elas. O trabalho de defesa civil, gestão de risco e de desastre, só será possível ser feito com a articulação e a integração de todas as políticas públicas municipais.

Agradeço a oportunidade, fico à disposição para algum questionamento depois e parabéns novamente aos integrantes da comissão e à Ver.<sup>a</sup> Lourdes pelo evento. Muito obrigado.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Nós que agradecemos, coronel Cláudio. Vou passar para o professor Marcelo. Só para informar a todos, são 11h09min, nós temos um teto até meio-dia, para vocês terem um parâmetro de horário. Professor Marcelo Alievi, possui graduação em medicina veterinária pela Universidade Federal de Santa Maria, em 1999; mestrado em medicina veterinária pela Universidade Federal de Santa Maria, em 2000; e por aí vai. Por gentileza, doutor.

SR. MARCELO MELLER ALIEVI: Bom dia a todos, queria também agradecer o convite, parabenizar a Ver.ª Lourdes pela iniciativa, acho que é super importante este momento para a gente discutir. Estou aqui representando a faculdade de veterinária, que esteve recentemente aqui sendo homenageada pela Câmara dos Vereadores, por estar fazendo aniversário este ano, o seu centenário. Não preparei nada especificamente, mas, na verdade, o que a gente está aqui hoje discutindo e conversando é sobre quais são as estratégias e o que a gente pode fazer enquanto ente público.

A faculdade de veterinária, por ser centenária, tem uma estrutura que poderia dar um suporte importante em relação a isso. Temos uma questão que é bem importante, a Marina nos fez uma pequena menção aqui e, não por acaso, no dia 28 de março de 2023, o nosso Conselho Federal de Medicina Veterinária instituiu as diretrizes para a atuação dos médicos veterinários e dos zootecnistas em desastres em massa, envolvendo animais domésticos selvagens.



Então, elementos formais já existem para, de alguma forma, balizar a conduta dos médicos veterinários, dos zootecnistas, em relação a este momento e, de alguma maneira, a profissão de médico veterinário é muito importante neste momento, neste processo. As instituições, mas muito mais até as iniciativas pessoais dos médicos veterinários têm feito movimentos muito importantes do ponto de vista de atender, de receber e, de alguma forma, de tentar viabilizar a recuperação desses animais e a sua, quando possível, devolução para os seus tutores.

Chama a atenção também, e a Marina também fez uma referência em relação... A gente fala muito neste momento dos animais domésticos, mas nós temos uma outra situação que é talvez tão importante quanto, que são os animais de vida livre, que são, com certeza, muito afetados por esses desastres. Imagina a quantidade de espécies que foram afetadas e que talvez irão ser quase extintas localmente quando passa um fenômeno como aconteceu.

Uma outra questão que eu também julgo que é bastante importante são os animais de produção. A gente pensa em cachorro, em gato, em animal silvestre, mas os animais de produção, o impacto deles irá, talvez, demorar anos para ser recuperado. Aquelas famílias onde a enchente ou onde o processo aconteceu, de alguma forma, vão ser afetadas, porque toda uma geração e um esforço, talvez de décadas, para produzir, para chegar num número de ovelhas, de bovinos, de suínos, de aves, foram completamente abalados, e isso vai ter uma repercussão financeira que vai, de alguma forma, afetar infelizmente essa sociedade, e isso também tem que ser pensado. Eu, enquanto vice-diretor da Faculdade de Veterinária, coloco a faculdade à disposição para que, de alguma forma, se possa usar esse instrumento que o nosso Conselho Federal de Medicina Veterinária instituiu. Que se possa pensar em planos de ação emergencial para que, de alguma forma, a gente possa ter uma pronta resposta, uma resposta mais adequada pensando em salvar a vida das pessoas, salvar a vida do próximo; e assim que possível, salvar a vida dos animais, sejam eles domésticos, silvestres ou animais de produção; esse é o fluxo. Quando a gente pega um avião, a informação é: primeiro coloque a máscara em si, depois



coloque a máscara no colega do lado, ou no filho, ou em quem estiver próximo, então, acho que esse é o fluxo também. Muito provavelmente, infelizmente, talvez as pessoas sem uma preparação tenham tentado salvar os animais, e possam inclusive ter perdido a sua própria vida, porque, de alguma forma, não mensuraram o risco a que elas estavam sendo expostas naquele momento. É importante que a gente também crie essa estratégia, uma forma de abordar, e isso passa por treinamento, preparação, sensibilização das pessoas, o que não é fácil no Brasil. Nesse momento, estamos tendo oportunidade de falar, e que bom que estamos conseguindo fazer isso, mas assim como disse o nosso coronel aqui, daqui a um mês e meio vai surgir uma outra situação, e talvez esse assunto acabe perdendo a importância para alguns locais, como a mídia e tal, e a gente vai ficar para trás. Mas eu acho que temos que pensar nisso, pensar no coletivo, e a Faculdade de Veterinária da UFRGS está totalmente à disposição para colaborar no que for possível. Muito obrigado pelo convite.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Nós que agradecemos, professor Marcelo. Tenente-coronel Rodrigo do batalhão ambiental, por gentileza.

SR. RODRIGO DOS SANTOS: Muito bom dia a todos, quero cumprimentar especialmente a Mesa, os vereadores que estão aqui, esta importante comissão, que já acompanho há um bom tempo. Sou meio cativo já nesta comissão há algum tempo, não é, Ver.ª Lourdes? Quero cumprimentar a Mesa e cumprimentar a senhora, em especial, por nos ter convidado a participar deste evento. Eu teria várias histórias para corroborar com tudo o que os senhores falaram aqui, a gente viu muita coisa, não só agora nessa enchente, mas em todas as enchentes que a gente vem pegando. Eu trabalho na parte de polícia ambiental há 20 anos, e eu quero corroborar com a fala do coronel Cláudio, quando ele diz que a história se repete, e parece que a gente não está aprendendo muito com os erros. Então, me perdoem, eu não quero ser repetitivo, tudo o que já foi falado aqui, a academia deu uma aula para nós, e eu quero até pedir permissão para vocês para que possamos referenciar o trabalho de vocês



e usar esses dados no treinamento e capacitação do nosso pessoal. Mas, de tudo o que foi falado aqui, eu só tenho a ratificar, e além disso, o sentimento que eu tenho e que eu gostaria de trazer para esta comissão é de que não deixem essa conversa morrer depois que terminar o evento. Nós, que trabalhamos nas questões de defesa civil, em momentos catástrofe, contamos muito com as estruturas que nós temos no normal, no ordinário, no dia a dia. A estrutura que a cidade tem no dia a dia é a estrutura de largada, está aqui o comandante Nascimento não vai me deixar mentir sozinho. As estruturas que nós temos para dar resposta na emergência para a sociedade são aquelas que já temos no dia a dia. Então, nós precisamos urgentemente rever as nossas estruturas do dia a dia, do normal, do ordinário. Temos falado muito em criar estruturas de emergência. Ok. Nós temos estruturas de emergência, na verdade as nossas estruturas de emergência têm dado conta do recado, é verdade, com muita dificuldade, ainda temos bravos agentes que estão cortando arame com os dentes, não é o ideal, mas a gente vai lá e faz. Eu não falo só da Brigada Militar, do Corpo de Bombeiros, do pessoal da Guarda Municipal; a Defesa Civil do Município tem sido muito atuante, houve um incremento significativo, e isso tem que ser reconhecido nesta gestão da Defesa Civil do Município de Porto Alegre. Me lembro de 10, 15 anos atrás, que eram duas ou três pessoas para cuidar da defesa civil. Não tem como fazer a defesa civil de um município do tamanho de Porto Alegre, com duas ou três pessoas. Mas esta questão, me parece que agora a gente precisa tentar evoluir, e o meu pedido, e a minha sugestão à comissão é que nós busquemos melhorar o nosso dia a dia da cidade, e aí eu vou dar uns exemplos voltados para a questão da causa animal. Hoje, nós não temos abrigos para os animais, para o dia a dia, para a situação normal; nós temos dificuldade em conseguir atendimento médico veterinário para o dia a dia, para o normal; nós temos dificuldades em fazer algumas ações que envolvem o bem estar animal na cidade de Porto Alegre e na área metropolitana de uma forma geral. Então, eu gostaria de deixar de mensagens para os senhores aqui, talvez seja uma pequena contribuição do nosso olhar, enquanto agente que atua nessa área de polícia ambiental, é que nós fortaleçamos as nossas estruturas ordinárias da



cidade do dia a dia, porque essas serão as estruturas que nós teremos para dar o início de uma resposta na hora da emergência. Eu fui para Roca Sales, fiquei oito dias, instalamos, junto com o comando da Brigada Militar...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. RODRIGO DOS SANTOS: Nem dá para chamar de gabinete, porque não tinha como fazer, mas, enfim, a gente procurou acionar lá e startar as ações, as primeiras respostas emergenciais, e foi terra arrasada, a gente teve muita, mas muita dificuldade – o Pithan estava lá ele sabe do que eu estou falando. Foi muito difícil conseguir fazer o sistema funcionar, levamos três, quatro dias para fazer funcionar uma coisa que em outras situações a gente fazia funcionar em meia hora, isso foi por causa da estrutura que não tinha. Então, eu reforço isso para os senhores: nós precisamos, sim, estamos numa situação de emergência, a gente precisa melhorar a nossa resposta, são bem-vindos os investimentos em novas tecnologias, mas o coronel tem toda razão, não adianta eu ter uma tecnologia da NASA, se eu não consigo fazer essas informações minimamente chegarem nas pessoas, e na hora da normalidade é que a gente precisa chegar nessas pessoas com ações de defesa civil, não é só na emergência. Nós não temos núcleos de Defesa Civil no Município, nós temos a Defesa Civil municipal, mas nós não temos núcleos de Defesa Civil, as pessoas não sabem como agir. A gente precisa treinar essas pessoas, a gente precisa capacitar essas pessoas na normalidade. Então, o meu pedido, a contribuição que eu gostaria de deixar para a comissão é de que nós possamos desenvolver um trabalho que na normalidade nós falemos mais de defesa civil, nos preparemos mais em defesa civil, e não estou falando só dos órgãos públicos, eu estou falando da sociedade de uma forma geral. Tem que chegar nessas pessoas, na normalidade, no dia a dia, o que é defesa civil, o que essas pessoas vão fazer quando o apito tocar. Obviamente que essas questões estão diretamente ligadas à questão da causa animal, porque onde nós tivemos maior problema, as catástrofes chegaram com mais intensidade nos seres humanos, foi onde nós tivemos os maiores



problemas com os animais. Nós temos, por baixo, uma estimativa muito empírica, é verdade, faltam dados científicos para isso, mas uma estimativa muito empírica de que só na cidade de Roca Sales morreram mais de 3 mil animais, tudo de criação, tudo animais de produção; só um produtor rural perdeu mais de 100 cabeças de gado, tivemos que fazer uma vala para enterrar as carcaças dos animais de forma emergencial, fora os animais que foram levados na enchente, que a gente não sabe. Uma coisa que me chamou muito atenção quando eu chequei lá, e eu acho que deve ter chamado a atenção do Pithan também, é que os primeiros dois dias em que eu cheguei lá eu não vi bicho na rua, não tinha animais na rua; não é porque não tinha animais na cidade, é porque eles foram arrastados, os bichos foram totalmente levados pela enxurrada. Nós estamos encontrando carcaça de animais aqui, e isso não é novidade, porque lá na enchente de 2015 nós encontramos suínos na praia do Lami, que por causa do brinco do produtor rural nós descobrimos que ele era de um criador de Marques de Souza, ali para cima de Lajeado; dessa vez não apareceu carcaça lá embaixo, apareceu do búfalo, mas isso vai acontecer. E a fauna silvestre também é outra agora; semana passada, o fato inusitado que deu manchete na TV, foi a história do jacaré que apareceu ali na volta do Sava Clube. Jacaré a gente tem, a Fundação Zoobotânica, a UFRGS tem pesquisas de mais de 40 anos de dados científicos sobre população de jacaré no lago Guaíba, mas as pessoas ficaram apavoradas. Por que o bicho apareceu lá? Porque foram destocados por causa da enchente. Nós retiramos seis ou oito jundiás de um bueiro na frente do IPE – peixe. Então, a resposta tem que ser melhor, *ok*, mas, fundamentalmente, eu entendo que talvez uma das melhores contribuições que esta Casa pode dar, e esse é um relato, um pedido, um desabafo meu até de certa forma, me perdoem, é porque às vezes gente fica num sentimento de ficar amassando o cacau e não consegue sair do lugar; a gente precisa fazer com que na normalidade a cidade fale de defesa civil, esse é o pedido que eu faço para esta comissão, e a gente está lá, com o Comando Ambiental, à disposição de todos os senhores para ajudar naquilo que for necessário. Obrigado.



PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Nós agradecemos, coronel Rodrigo. Eu vou passar a palavra para o secretário adjunto Gelson Guarda, que é da Secretaria de Segurança.

SR. GELSON LUIZ GUARDA: Na figura do Ver. José Freitas, meus cumprimentos a todos na Mesa e à Ver.<sup>a</sup> Lourdes, pela pauta tão importante. A gente que trabalha há muitos anos, não é, coronel Claudio, a gente fala em defesa civil, e foi falado, e eu faço minhas as palavras do Rodrigo e do coronel, que é a coisa mais importante que se tem. Quando eu estava na Defesa Civil estadual, a gente era responsável pela montagem da Comissão Municipal de Defesa Civil. Tem muitas coisas que os prefeitos só sentem quando ocorre esse tipo de coisa, porque não se preocupam com a Comissão Municipal de Defesa Civil da sua cidade, Vale do Paranhana; e aí nós, que verificamos quando dá no Uruguai, que pega lá de Pelotas, indo estourar com todos aqueles municípios ribeirinhos do Uruguai, que vai estourar lá na tríplice fronteira, onde a questão da agricultura, a questão dos animais, a questão do todo. Eu não falo só da água, a Defesa Civil entra... Em eventos que, quando vem cobrar o que nós fizemos para, ela, cobra com veemência, Tem coisas que tu não acreditas que a natureza faz. Mas, com relação aos animais, deixo aqui uma proposta, que não seja somente quando chove, quando ocorre enchente. A Prefeitura Municipal, e aqui temos uma Comissão Municipal de Defesa Civil, Comissão Permanente de Atuação em Emergências – Copae, que vem desde março de 2005. E se não fosse essa comissão, composta por todos os órgãos da Prefeitura, dentre os quais, aqueles que compõem a Secretaria Municipal de Segurança, a Guarda Municipal, o Centro Integrado de Comando – Ceic, a própria Defesa Civil. E aqui vai o meu agradecimento a duas pessoas que, nesse episódio, foram fenomenais – sem elas certamente a coisa tinha sido muito pior. A primeira é o prefeito municipal, que esteve presente, em todos os momentos não saiu da cidade, estava na ilha, estava conosco, estava com a Brigada, e aqui vai também a parceria das comunidades que compõem o Copae; o Copae se reúne desde 2005 uma vez por mês, com todas as entidades, e aí vai o pessoal da UFRGS,



dos institutos de meteorologia, técnicos no assunto, PUC, Instituto Nacional de Meteorologia – Inmet, CPPMet, discutem ações tipo essa. Essa enchente não foi maior porque hoje nós temos a orla, nós temos o cais; naquela enchente de 41 avançou, avançou até a cidade, metade da cidade, Centro. Hoje nós temos ambientes que foram criados que impediram isso; agora, evidentemente aqui vem o trabalho da Prefeitura Municipal que, antes de todos esses eventos, limpou o riacho Ipiranga, limpou os bueiros, limpou as bocas de lobo. As casas de bombas, que são um problemão porque, quando falta luz, não temos água, não temos casa de bomba, não temos nada. Para terminar, peço escusas; a Guarda Municipal tem uma equipe que trabalha, inclusive no apoio à Defesa Civil e ao gabinete da primeira-dama, que é uma verdadeira transportadora de alimentos; com relação aos alimentos, nós, aqui vai... Eu digo porque quem me acorda, pessoal, é um gato, quem me acorda, que tem os seus horários, e confesso, não queria, mas hoje ele é mais meu companheiro do que meus filhos, porque meus filhos geralmente não estão em casa, mas o meu gato está, que não me deixa... Não tenho desculpa de o relógio não despertar para vir para o serviço, graças à parceria do bichinho, do pet... E a Prefeitura Municipal, quando se conversa sobre o Copae, quando se conversa sobre o morador de rua, tem a preocupação, sim, com quem está do lado. Se não me engano foi a senhora, vereadora, que falou do cara de Santa Maria, da nossa terra, que ficava na frente da Rua Wenceslau?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**SR. GELSON LUIZ GUARDA:** Foi. Quantos cachorros ele tinha? Por que ele não saía da rua? O bichinho minimiza o sofrimento das pessoas, do morador de rua; por isso ele não larga; ele minimiza o nosso. E eu vou te dizer, o problema dos *pets* não é da classe baixa, o problema do *pet* é de todas as classes, porque tem gente que tem um *pet* dentro de casa e cuida muito bem, cuida melhor do que do filho. Então, essa importância, a parceria da Prefeitura Municipal – aqui a Patrícia, que é da causa animal, que tem feito um trabalho fenomenal com relação a castrações. O governo passado fez 5 ou 6 mil castrações. Sabe



quantas já foram feitas, vereadora? Isso, com o apoio da proponente, são 24 ou 25 mil castrações que a Prefeitura fez, tudo de graça. E, para terminar, a gente gostaria de dizer que a Prefeitura e a Câmara de Vereadores, essa parceira incansável, sempre foi, não só nessa causa, mas em todas as outras, a Prefeitura está junto, tenho certeza que o prefeito Melo é parceiro, porque sempre esteve e sempre estará junto conosco, principalmente daqueles que mais necessitam.

**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP):** Obrigado, secretário Gelson. Vou passar para a Ver.<sup>a</sup> Cláudia, depois para o comandante da Guarda – estão sempre na linha de frente, junto com Brigada, a Defesa Civil e os voluntários. Cláudia.

SRA. CLÁUDIA GLOGER: Bom, bom dia a todos, eu venho aqui em nome do Ceic. Vou apresentar um pouquinho do Ceic; acredito que muitos não saibam o que é o centro integrado de videomonitoramento e, hoje, de serviços da capital de Porto Alegre. O Ceic integra vários órgãos, várias secretarias da Prefeitura de Porto Alegre. Estão lá a EPTC, a FASC, a Guarda Municipal, a Carris, enfim, vários órgãos que integram esse grupo de secretarias para fazer as ações de Porto Alegre. Então, em um evento climático tipo o que nós tivemos agora, nós fizemos toda o videomonitoramento das ações, das ruas da cidade, da orla, da Zona Sul. Nós temos aproximadamente 2.300 câmeras na cidade de Porto Alegre, então esse é um recurso hoje muito utilizado para a gente fazer essa parte de gerenciamento no momento de uma catástrofe ou um evento climático como esse. Hoje, a gente vem fazendo esse processo e melhorando, a cada dia, a cada momento, esse trabalho dentro do Ceic. Hoje, nós estamos administrativamente ligados à Secretaria Municipal de Segurança e ao gabinete do prefeito. O prefeito, em momentos de crise, vai ao Ceic e lá se reúne com todos os órgãos municipais e estaduais também, quando há necessidade, porque nós temos a Secretaria da Segurança Pública do Estado, que também está conosco, tem uma cadeira. Então, lá nós fizemos todo esse gerenciamento do processo. De um período para cá, de uns dois ou três meses, a partir do



primeiro ciclone que nós tivemos, nós fizemos uma divisão: a Defesa Civil fica com a ação dentro das comunidades, dentro da cidade; e nós ficamos com gerenciamento dos números. Todas as demandas que chegam, poste caído, árvore caída, a gente consegue fazer toda a interlocução junto com a CEEE, junto com a SMSUrb, junto com vários órgãos que compõem a Prefeitura de Porto Alegre. Isso hoje facilitou que a Defesa Civil figue no front, figue lá fazendo as ações onde há necessidade, realmente, da Defesa Civil; e nós ficamos com os dados, copilando os dados e vendo o que está em aberto, o que é o chamado. Hoje, esse é um trabalho que o Ceic está realizando dentro da cidade de Porto Alegre. É um centro integrado. Ele foi construído em 2012, direcionado para a Copa do Mundo e, neste momento, tornou-se um centro de serviços para bem e melhor atender a cidade de Porto Alegre. O prefeito vem investindo, junto com a Secretaria de Segurança, nesse processo de melhoramento do trabalho, dentro do Ceic, das estruturas em que nós estamos. A gente se coloca à disposição. Agradecendo o espaço aqui que foi colocado, e que a gente não tenha mais tantos eventos climáticos, porque a gente vê nas imagens o que acontece na cidade de Porto Alegre. É algo assim realmente impressionante. A natureza está indo com toda a sua força. A cidade muda; ela muda totalmente a forma de transitar. Enfim, causa muitos problemas. Então, agradeço, presidente, e coloco o Ceic à disposição sempre que houver necessidade.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, Cláudia. Nosso Comandante Nascimento, comandante da Guarda Municipal, que é bastante atuante em todas as calamidades e no dia a dia. Comandante Nascimento.

**SR. MARCELO DO NASCIMENTO:** Obrigado, presidente, Ver. Freitas; vice-presidente, Ver.ª Cláudia Araújo; Ver.ª Mônica Leal; Ver.ª Lourdes Sprenger e vereadores que saíram, Ver. Aldacir Oliboni e Ver.ª Tanise. Parabenizando pela iniciativa, cumprimento todos vocês, cumprimento também todas as outras autoridades presentes que estão nos assistindo e essa competentíssima Mesa, que está composta aqui. Não me estendendo muito, presidente, não há muito



mais o que falar, a não ser reforçar o que já foi tão bem dito aqui na Mesa e praticamente todos convergem. Nós realmente necessitamos que nós saiamos daquele status de ações emergenciais para termos políticas públicas que visam à proteção da vida, sobretudo dentro desse novo contexto climatológico, que nos foi tão bem apresentado aqui pelos mestres, mas que, dentro dessas políticas – também já entrando na nossa pauta -, estejam incluídas as projeções de proteção à vida dos animais também. Nós necessitamos, como o coronel tão brilhantemente falou, que esteja inserido nas nossas rotinas diárias, dentro das nossas estruturas já realmente completas, que nos ajudem a nos estruturar para darmos conta dessa nova realidade que é a questão do salvamento de vidas com a inclusão da causa animal nesse contexto. Dando um exemplo prático do nosso dia a dia, nós temos uma política pública de acolhimento de moradores de rua, em que há um protocolo estabelecido, um protocolo feito de forma científica, de forma técnica, através de evidências e com o apoio técnico da área social. Dentro desse protocolo, hoje em dia, diante dessa nova realidade social em que os nossos pets são realmente parte da nossa família, isso é um fator motivacional às vezes de aceitação ou não do serviço público oferecido aos moradores em situação de rua. Então, toda vez que há o acionamento do protocolo, em que o serviço social desempenha o seu trabalho, e depois a Prefeitura, com os seus demais serviços, entra em campo, está a previsão de, se aquele morador de rua tem o seu pet, o seu animal de estimação com ele, nós devemos já ter a previsão do acolhimento do animal junto com o morador de rua. No abrigo para onde ele vai, tem que ter o espaço reservado para o seu animal. Então nós temos que trazer essas novas realidades também para as nossas políticas públicas de salvamento de vidas, junto com a causa animal. E também reforço, mais uma vez, o que o coronel falou, as estruturas públicas de atendimento têm que estar dentro dessa nova realidade também. É o que eu costumo falar dentro da área de segurança, dentro dessa novidade, que são as guardas, os municípios dentro da área de segurança. Nós precisamos nos adequar às demandas que estão vindo. A segurança pública extrapola já aquela velha relação de polícia e bandido, ela atinge, praticamente de forma transversal,



a todos os aspectos das nossas relações sociais, então a segurança pública, como está agindo dentro da defesa civil, dentro do policiamento ostensivo do Estado, dentro dos serviços de proteção do Município, nós precisamos estar preparados para todas essas novas situações. E, como acabaram de mostrar, as questões climatológicas são uma nova realidade do nosso Estado, e nós precisamos estar prontos para dar conta de todas essas demandas que estão por vir.

O secretário falou da Copae. A Copae é um colegiado que é permanente, e nós estamos com as informações de que esse contexto de chuvas vai pelo menos até dezembro, então nós temos que estar preparados para dar conta de novos eventos que possam acontecer até lá. Para isso, a gente precisa do apoio, da estrutura e de todas as condições necessárias para que a gente possa prestar os nossos serviços e proteger a população o máximo que a gente puder. E essas medidas, como reuniões como esta, mostram que pelo menos nós tendenciamos para o lado certo. Que a gente consiga iniciar o planejamento estratégico para que a gente possa dar conta de todas essas demandas.

Obrigado pelo convite, parabéns a todos por estarem aqui, principalmente o pessoal da academia. Contem sempre com a gente, tudo o que a gente puder fazer pelo bem comum da sociedade, incluindo os nossos *pets*, a gente vai estar sempre à disposição.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, comandante. É interessante, eu me formei em gestão ambiental em 2010, e o meu professor dizia: "daqui a dez anos – e já passamos de dez anos –, cidades aqui do Sul serão devastadas". Em 2010, o professor já dizia isso. Antes de passar para a zoonose, para o veterinário... É muito importante aqui a presença do colaborador voluntário, trabalho fundamental o de vocês. Desculpem, nós vamos ter que acelerar o processo porque nós temos 20 minutos só, ou até menos. Eu gostaria de ouvir a EPTC, que também é linha de frente.



SR. CIRILO FAÉ: Bom dia a todos. Quero cumprimentar o presidente da COSMAM, Ver. José Freitas; os demais vereadores da Casa; a Mesa integrante; os demais que estão acompanhando; o pessoal da TVCâmara. Na realidade, a EPTC trata da operacionalidade. Além de cuidar de vidas humanas, foi nos dada uma incumbência, desde 2010, vereador, através de um Termo de Ajustamento de Conduta – TAC do Ministério Público, quanto aos animais de porte grande – digo os equinos e os bovinos, que também têm chegado. Passou a ser responsabilidade nossa a destinação desses animais, posteriormente, e o cuidado, o zelo, pela EPTC. Então hoje nós temos ali na Zona Sul, no bairro Belém Novo, o nosso abrigo dos animais. Tenho alguns dados agui que eu gostaria de passar para vocês. No ano de 2023, foram recolhidos 260 animais de porte grande – 260 só este ano! E, no último mês, em setembro, foram 30, vereadores. Então eu queria aproveitar também a oportunidade para dizer, porque muitos estão nos ouvindo, e talvez até o pessoal talvez nem saiba, que você pode adotar um animal. Obviamente, tem que ter um espaço adequado, mas são animais que estão ali, digamos assim, com um técnico, um veterinário à disposição 24 horas cuidando deles, e esses animais, quem tiver interesse e condições, estão ali para serem adotados. A EPTC, justamente, na questão da operação, está junto com parceiros. E esse TAC foi justamente feito junto com a Brigada Militar, especialmente o Batalhão Ambiental; junto com a Brigada, também, a questão da guarda. A EPTC formalizou isso.

Então a gente fica à disposição para maiores esclarecimentos, vereador. Nós estamos à disposição, sempre juntos. Além de cuidar de vidas, eu sempre digo: nós cuidamos também das vidas dos animais. Ficamos à disposição. Eu sei que o tempo está curto; muito obrigado pelo espaço, muito pertinente o tema, vereadora. Eu creio que vão ser tomados vários encaminhamentos para que, futuramente, não ocorram tantas anomalias na questão climática. Muito obrigado.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Tem mais um. Ontem, eu fui buscar o meu filho às 23h na Ceasa, e tinha um cavalo solto lá na frente.



**SR. CIRILO FAÉ:** E nos aciona, aciona porque somos nós que fazemos isso. Como eu falei, animais de porte grande, a EPTC está à disposição. Muito obrigado.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, Cirilo, pela informação. Paulo, da zoonose, por gentileza. Veterinário também, não é?

SR. PAULO ANTONIO DA COSTA CASA NOVA: Isso, eu sou médico veterinário. Eu vou começar a minha fala com um dito de Luiz Pasteur, onde ele diz que a medicina cuida do ser humano e a veterinária cuida da humanidade. Isso reflete a importância do médico veterinário nesse processo. Eu não vou repetir o que outros colegas já falaram, mas vou me ater a uma questão que para mim é bastante importante e que a gente leve como reflexão aqui: esse tipo de desastre faz a gente repensar em que tipo de saúde que nós queremos, e voltar e começar a pensar de verdade e com seriedade no conceito de saúde única, que envolve a saúde do homem, a saúde do animal e a saúde do meio ambiente. E parafraseando um ex-professor meu, Dr. Claudio Martins Real, ele dizia que ele se chamava veterinário e não médico veterinário porque o conceito de veterinário vai além: médico é aquele que cuida do paciente ao pé da cama, esse é o conceito da palavra médico, e o veterinário faz mais que isso, além de cuidar o paciente ao pé da cama, ele cuida da alimentação que é colocada na mesa da das pessoas, ele cuida do animal no campo, ele cuida do animal silvestre. O colega Marcelo ali já colocou, essa parte dos animais silvestre muitas vezes ela é deixada de lado. Conheço o tenente-coronel desde a época que era capitão Rodrigo ainda, tivemos algumas ações comuns, e a vigilância sempre teve uma parceria muito grande com o batalhão ambiental. A vigilância em saúde, dentro desses processos, é uma instituição da qual eu faço parte – e me orgulho – há mais de 20 anos que ela trabalha no antes, no durante e no depois dos desastres também, porque a gente está no dia a dia, na rua, através da vigilância sanitária, através da vigilância ambiental, através da vigilância epidemiológica, procurando levar um pouco de conhecimento, procurando levar – o que o coronel colocou ali



-, tentando levar essa consciência para a população, da importância de cuidar do meio ambiente, da importância de cuidar dos seus animais, da importância da posse responsável, que é um trabalho árduo que se desenvolve aqui na Prefeitura de Porto Alegre, em conjunto com as colegas do Gabinete da Causa Animal. Muito trabalho feito junto com a com a Ver.ª Lourdes também, que eu costumo brincar com ela e chamá-la de madrinha dos veterinários, porque ela tem uma proximidade muito grande com a nossa categoria, e sempre que possível ela intervém e pede o nosso auxílio, nós também pedimos o auxílio dela e de pronto somos atendidos. Para não me estender demais, porque já estamos no horário, a vigilância está em ação, ela se colocou em ação, nós disponibilizamos viaturas, disponibilizamos vacinas para os colegas da causa animal que fizeram uma ação de recolhimento ali nas ilhas, e estamos trabalhando no dia a dia, e vamos continuar trabalhando depois, porque depois que as coisas voltam ao seu lugar, ainda tem outras consequências. Esses alimentos que foram danificados pelas águas, foram contaminados, a gente tem responsabilidade para que a população não consuma isso de forma equivocada... O destino desses animais devidamente vacinados, a orientação para os proprietários para que mantenham seus animais domiciliados, isso é uma coisa muito importante não só na hora do desastre, mas no controle de diversas zoonoses. Nós temos aí a leishmaniose em Porto Alegre, nós temos a esporotricose que vem tomando corpo, e muito por conta desses animais que não são domiciliados. A gente tem que tentar, cada um de nós aqui presente, levar adiante essa ideia de que o animal solto não é sinônimo de liberdade; muitas vezes um animal devidamente domiciliado, cuidado, ele vai ter muito mais liberdade do que aquele solto na rua. Por exemplo, esses animais que estavam vagando durante o período das cheias certamente devem ter sucumbido as águas, enquanto alguns, não digo todos, mas daqueles animais que estavam domiciliados, conseguiram ser resgatados. Então, falando em nome da vigilância e também puxando a brasa para a minha sardinha, que eu me orgulho demais de ser veterinário, tive a oportunidade, pois quando fiz vestibular, fiz índice para entrar em medicina, e minha falecida mãe dizia assim: "Meu filho, por que tu não



foste fazer medicina?" – porque toda mãe quer ter um filho médico. Eu disse: Mãe, eu vou fazer medicina, vou fazer medicina veterinária, pois o meu interesse é em tratar dos animais. Consequentemente, ao longo da profissão, eu vi que, como eu digo, como Pasteur disse, a gente trata mais do que animais, a gente trata da humanidade. Mas fica esse recado, e a vigilância continua atenta e parceira dos demais órgãos para fazer o nosso trabalho do dia a dia.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Muito obrigado. Passo a palavra ao Milton Pithan, voluntário, representando todos os voluntários que fazem um trabalho extraordinário.

SR. MILTON FERNANDO PITHAN: Obrigado pelo convite. Há pouco a minha assessora estava falando que eu estava "beiçudo", mas eu estava assustado. realmente assustado com as notícias que vêm. A gente entendeu já, com essas chuvas todas, e eu já estou há mais de 35 anos nessa vida de resgate, sempre em linha de frente, conheci o capitão Rodrigo também quando era bombeiro ainda, agora é coronel. Então a gente vê que as coisas só estão piorando. Eu acho que se criou já um corredor de ciclones que cada vez estão mais próximos. Então a tendência realmente não são boas, por isso que eu estava pensante, estava preocupado, realmente preocupado, porque de tantas coisas que eu já vi nesse tempo todo, que eu sempre fui linha de frente, desde quando era bombeiro militar, a gente começou, agora, através desse voluntariado que a gente tem no Brasil inteiro para a causa animal, nós somos uma ONG hoje que tem um braço que é uma força-tarefa que é somente uma equipe de resgate, pessoal oriundo dos bombeiros, pessoal oriundo de bombeiro militar, voluntário, bombeiro civil, nós temos engenheiros, temos médicos, temos voluntários dentro dessa ONG. Há pouco fazemos parte também do GRAD que é uma equipe que vem, e, sempre que a gente aciona, eles nos dão retorno. Mas, ouvindo a sua fala, coronel, a gente entende que está faltando realmente ao pessoal entender os apitos, está faltando entender, porque a gente tem notado que a maioria das situações de grande desastre se dá na hora que a pessoa não está acreditando,



eles ainda não conseguiram entender que as coisas estão acontecendo. Então está faltando uma ponta se ligar com a outra ponta, que é o que eu mais tenho visto, dentro da gestão de risco de desastres, ela coloca muito bem ali a ligação com os líderes comunitários, porque em todas as ações que eu já estive, e não foram poucas – não foram poucas –, já estive em ações de mais de mil mortes, Santa Catarina, Rio de Janeiro, e a gente sabe que a população é desavisada, ela não sabe como agir, não sabe como reagir, e a e a gestão de risco, de desastre, ela prevê o líder comunitário como uma nova resposta, uma nova figura, porque, às vezes, a população, independente de político ou não, ele ouve aquele líder comunitário, e às vezes ele tem uma força muito grande de poder convencer as pessoas a entender que vale mais a pena perder um bem do que a vida. A gente sabe que o pessoal rouba mesmo. Em Santa Catarina, em 2008, a gente entrou naquelas montanhas lá que estavam desabando, a gente achou geladeiras e televisões no meio do mato. Como eles iam carregar eu não sei, não sei, mas o pessoal levava mesmo, e aqui não é diferente. Tivemos aqui em Cachoeirinha que o pessoal não acreditou que às duas da manhã ia chover dois meses numa noite, e a água subiu dois, três metros de altura. Quer dizer, não houve tempo de nada, mas foram avisados, foram avisados. Então está faltando realmente, coronel, o pessoal entender o apito – entender o apito –, para que pelo menos a pessoa consiga soltar o seu cão, que a pessoa consiga abrigar os seus animaizinhos e poder sair com tranquilidade, porque não dá tempo realmente. Quem conhece, quem viu o que que uma enxurrada faz, é um desastre que não tem controle, não tem como parar – não tem como parar, não tem –, não existe forma de parar, porque ela transpassa, ela leva tudo que está na frente, e não há obstáculo para ela. Então a gente precisa realmente que... E é a primeira vez que eu ouço falar desta Câmara, desta comissão, e eu acho importante, eu vejo hoje já a Defesa Civil com 30 homens, é coisa que eu não vejo isso no Brasil, não vejo no Brasil, e eu já andei por aí. Então esse tipo de resposta, esse tipo de preparação, ajuda muito na mitigação, ajuda muito na reconstrução, que é a melhor parte, mas ainda nós precisamos chegar na ponta que está lá, lá dentro da vila, que é o que pode salvar vidas realmente, tanto de



animais quanto de seres humanos, e aí tentar, e, aí, claro, não cabe mais a nós, porque a nossa a nossa condição é de resposta, nós não temos como criar essa prevenção se não for via, realmente, política até, de convencimento. Mas nós estamos aí à disposição, nós vamos atender a qualquer chamado, o nosso pessoal está treinado para isso, a gente treina sempre que pode, abrimos o convite lá, coronel, se quiser conhecer a nossa cidade do desastre lá, para vocês terem uma ideia, nós estamos melhorando cada vez mais as instalações lá para o pessoal poder ficar mais próximo de uma resposta. Agradeço o convite, e nos colocamos à disposição.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, Pithan, pela tua contribuição e pelo teu trabalho e de toda a tua equipe. Nós vamos passar para duas pessoas antes de finalizarmos, rapidamente; o veterinário Jairo e depois para a veterinária Gabriela Borges que está na plateia, que teve uma experiência lá em Muçum. Então, por gentileza, o veterinário Jairo Ávila.

SR. JAIRO DA SILVA ÁVILA: Bom dia a toda a Mesa, bom dia aos vereadores e vereadoras, eu sou Jairo da Silva Ávila, eu sou médico veterinário e advogado, eu sou do Gabinete da Causa Animal, e nós fazemos políticas públicas no município de Porto Alegre voltado para os animais. Um dos nossos carros-chefes é a castração em massa. Com o advento agora das ilhas, também eu tenho que agradecer à Brigada Militar, à Defesa Civil, à ONG Mayday também que nos ajudaram a resgatar mais de 100 animais que estão no abrigo municipal, e tivemos que fazer também um outro canil de emergência para trazer esses animais. Então, no gabinete, nós somos 12 veterinários lá, que estão à disposição nesses eventos, e estamos nos aprimorando cada vez mais pela fala de vocês, cada um na sua área de especialidade, que isso nos ajuda a fazer as políticas públicas. Desde já quero deixar o Gabinete da Causa Animal da Prefeitura de Porto Alegre à disposição.



**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP):** Uma pergunta: esses animais que foram resgatados têm donos, eles vão retornar para os donos?

**SR. JAIRO DA SILVA ÁVILA:** Foi tudo catalogado e eles vão voltar para os seus donos. Agora entrou o estado de emergência de novo pela Prefeitura de Porto Alegre, mas são todos catalogados e eles vão voltar para cada um dos seus donos.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): A Dra. Gabriela está com a palavra, vai contar sua experiência em Roca Sales.

SRA. GABRIELA BORGES DE MORAES: Bom dia a todos, sou oriunda da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e, ao longo da minha trajetória acadêmica, tive a oportunidade também de fazer estágio com o Dr. Paulo Casanova e em outros setores da Prefeitura. A gente chegou em Roca Sales através do pedido de uma protetora, de uma ONG, e a gente acabou chegando depois do pessoal do resgate, então o nosso trabalho não foi exatamente de resgate, mas de fazer, digamos, o rescaldo daqueles animais que estiveram lá. Para a nossa surpresa – e hoje sabendo que grande parte dos animais, na verdade, foram realmente levados, a gente chegou e não tinha um cenário de atendimento, a gente até se surpreendeu porque não tinha animal onde a gente estava indo - a gente conseguiu fazer uma cirurgia de emergência, que realmente não teria como esperar, então fomos entre quatro colegas: uma anestesista, eu, de clínica e cirurgiã-geral, uma colega que trabalha especificamente com pets não convencionais e silvestres, e outra auxiliarveterinária. A gente estava esperando outra situação de talvez a gente ter que botar mais a mão na massa e a gente viu naquele momento dois pontos que nos chamaram atenção; primeiro, a falta de estrutura para a gente chegar e realmente conseguir fazer esse atendimento emergencial, então não se tinha um hospital de campanha – claro que a gente entende que a prioridade não era essa -, e outro ponto que nos chamou atenção e que hoje é o que a gente discute foi



o pós desses animais, o que a gente vai fazer como voluntário, qual é a constância desse voluntariado depois que passa essa onda de solidariedade, essa coisa inflamada que todo mundo se mobiliza, de que maneira esses animais voltam para as suas residências, sabendo que muitos deles podem ser portadores assintomáticos de leptospirose; qual é a segurança desses animais retornarem para casa. Essa é a nossa preocupação: até onde a gente consegue chegar como voluntários e a sequência desse trabalho pós-resgate desses animais.

A nossa experiência lá foi essa, a gente criou esse grupo de quatro colegas e hoje a gente tem o intuito de poder ajudar nesse pós também ali nas Ilhas. Ficamos à disposição de vocês.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Muito obrigado, Dra. Gabriela, e parabéns pelo seu trabalho.

Eu acho que o que ficou de lição para nós aqui, de tema de casa, é prevenção, dentro do que o coronel falou, o silvo de apito é a prevenção, o governo tem que se é preparar para isso.

Agradeço a todos, essa Mesa seleta, pela disposição de todos os senhores e senhoras em estarem aqui. Passo, para finalizar, para os encaminhamentos finais, à vereadora proponente, Ver.ª Lourdes Sprenger.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Eu quero dizer que eu me sinto contemplada com essas aulas, nós trabalhamos como voluntárias, alguma experiência se tem ao longo desses 20 anos, mas não tão profunda como o grupo de vocês, o GRAD, o pessoal da causa animal que esteve lá, no primeiro dia teve que entrar e colocar a mão na massa. Temos uma convivência muito grande com Batalhão Ambiental, conhecemos essas ações, mas eu quero dizer que muita novidade chegou dos nossos doutores aqui da UFRGS, e era esse o objetivo: não ficarmos só no caso que aconteceu, mas trazer com maior magnitude esse tema que, como disse bem o coronel, é pouco discutido. Eu me encantei com aquela apresentação na Câmara de Taquara, e eu pensei, antes



desse evento das enchentes, em trazer essa pauta, mesclando com a dos animais, e foi o que a gente conseguiu.

Quero dizer que está tudo registrado na gravação, na ata, nós vamos encaminhar ao Município essas prevenções, porque assim vai se fortalecendo essa necessidade e ajuda a não deixar cair o tema. Passou, abriu sol, a pessoa vai ganhar um dinheirinho, vai ter a sua cesta básica, mas não é só isso. Há muito tempo, doutor, há muitos anos ouvi falar, era o que eu entendia: "Pela tábua das marés da região onde eu moro, daqui a 70 anos, vai alagar onde tu moras", e eu acho fiquei com aquilo, né? Alagar? Mas como? Isso é alto, não vai ter problemas, e agora o que está se vendo é que pessoas que pensavam que a água não ia chegar, ela chegou, e cada vez pode se intensificar. Então, a prevenção deve ser continuada, eu sempre fiz parte desta comissão, nós temos certeza de que os temas vão continuar, dependendo de nós não vai ter problema, mas não é só aqui, temos que dar essa informação à sociedade, a imprensa tem que colaborar para não deixar que só nos eventos esses especialistas que aqui estiveram sejam chamados, aos quais eu agradeço muito.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Muito obrigado pela atenção de todos. Obrigado pela presença, e que Deus continue nos abençoando. Uma boa tarde. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 12h05min.)